

POLÍTICA DE CONHEÇA SEU CLIENTE E PREVENÇÃO E PLD/FTP

21/12/2023

Versão:

2.0

Revisado em:

Dezembro de 2023

Aprovado Por:

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. O OBJETIVO DESTA POLÍTICA.....	3
3. GOVERNANÇA, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES	4
4. PRINCÍPIOS GERAIS DE BOA ATUAÇÃO E PADRÕES COMPORTAMENTAIS.....	5
5. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA.....	7
6. PROCEDIMENTOS PARA COMPLETA IDENTIFICAÇÃO, CONHEÇA SEU CLIENTE E CADASTRO.....	8
7. DETECTANDO E REPORTANDO ATIVIDADES SUSPEITAS	9
8. NECESSIDADE ESPECÍFICA PARA OS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELOS FUNDOS DE INVESTIMENTO (ATIVOS).....	13
9. RETENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARQUIVOS.....	14
10. SANÇÕES	14
11. ATUALIZAÇÕES.....	15
ANEXO I.....	16

1. INTRODUÇÃO

A Política de Práticas de Conheça seu Cliente, Cadastro e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo é o documento que visa a definir as diretrizes emanadas pela alta administração de como os riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento ao Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa – PLD/FTP devem ser tratados e mitigados, servindo de referência para atribuição das respectivas responsabilidades e para as áreas envolvidas implementarem as ações necessárias.

2. O OBJETIVO DESTA POLÍTICA

Estabelecer princípios para auxiliar todos os Colaboradores a compreenderem os requisitos, controles, métodos e condutas internos instituídos pela High Gestão Agro para adoção de práticas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo. No caso de um Colaborador perceber uma possível transgressão de quaisquer regras dispostas na presente Política, este deverá imediatamente informar o Departamento de Compliance.

Regras e procedimentos para “conhecer seu cliente”, de forma a documentar a verdadeira e completa identidade e situação financeira de Emissores e Contrapartes, quando aplicável, antes que este seja aceito como tal são elaboradas e aplicadas pela High Gestão Agro.

No entanto, regras e procedimentos para “conhecer seu cliente”, de forma a documentar a verdadeira e completa identidade, situação financeira e histórico de investimentos de Clientes, antes que este seja aceito como tal são elaboradas e aplicadas pelas empresas de distribuição contratadas pela High Gestão Agro, sendo somente através destas “plataformas de distribuição” a entrada de clientes investidores nos Fundos da High Gestão Agro.

Aplicam-se, adicionalmente às regras estabelecidas nesta Política, aquelas previstas em documento específico, como Código de Ética e Conduta e Procedimentos e Descrição dos Controles Internos.

Esta Política não é exaustiva e está sujeita a mudanças, correções e revisões contínuas. Se um Colaborador se deparar com situações duvidosas, ou relevantes não tratadas nesta Política, deve comunicar o Departamento de Compliance sobre a situação. Assim, o Departamento de Compliance instruirá o Colaborador a respeito das medidas a serem tomadas. Quando do ingresso na High Gestão Agro, todos os Colaboradores receberão uma cópia desta Política e deverão comprometer-se a zelar por

Versão:

Revisado em:

Aprovado Por:

2.0

Dezembro de 2023

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

sua aplicação e observância, por meio da assinatura do “Termo de Compromisso” (Anexo I). Todos os Colaboradores devem fazer uma leitura minuciosa de toda a Política, incluindo das revisões posteriormente publicadas.

Esta Política faz parte das regras que regem as relações contratuais, inclusive as relações de trabalho, dos Colaboradores com a High Gestão Agro. Seu descumprimento será considerado infração contratual, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis. A High Gestão Agro não assume responsabilidade por Colaboradores que transgridam a lei ou cometam infrações no exercício de suas funções. Caso a High Gestão Agro venha a ser responsabilizada ou sofra prejuízo de qualquer natureza por atos de seus Colaboradores, poderá exercer o direito de regresso em face dos respectivos responsáveis.

A Política contempla as disposições legais e regulamentares, aplicáveis à prevenção à lavagem de dinheiro, ao combate ao financiamento do terrorismo e ao combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), conforme Resolução CVM Nº 50, de 31 de agosto de 2021, e revoga a Instrução CVM n. 617, de 5 de dezembro de 2019 e a Nota Explicativa à Instrução CVM n.617, de 5 de dezembro de 2019.

3. GOVERNANÇA, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

a) Alta administração:

- i. Realizar a aprovação das políticas e normas pertinentes à prevenção e o combate aos crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo.

b) Diretor de Compliance & PLD/FT

- i. Colocar em prática e monitorar a adesão a esta Política, assim como às demais normas e suas atualizações correspondentes; e
- ii. Seguir as instruções dos órgãos reguladores para atuação na Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT).

c) Comitê de Compliance

- i. Assegurar o cumprimento das leis e normas relacionadas ao PLD/FTP;
- ii. Estabelecer diretrizes institucionais para prover a conformidade com as políticas e procedimentos internos.
- iii. Assessorar sobre a comunicação de propostas e operações relacionadas a crimes antecedentes à LD/FTP, se acionado.
- iv. Analisar o desempenho e evolução dos trabalhos da área de Compliance.
- v. Assegurar a evolução da estrutura e sua conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

d) Compliance

Versão:

Revisado em:

Aprovado Por:

2.0

Dezembro de 2023

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

- i. Aplicar e atualizar as políticas e normas pertinentes à prevenção e o combate aos crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo;
 - ii. Assegurar a conformidade com a legislação, as normas, os regulamentos e as políticas internas que disciplinam a prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo;
 - iii. Disseminar e atuar como multiplicador da cultura de prevenção e combate aos crimes de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo;
 - iv. Desenvolver e implementar ferramentas e processos de apoio às estratégias ao programa corporativo de prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo;
 - v. Interagir com órgãos reguladores;
 - vi. Monitorar, identificar e tratar operações efetuadas pelos clientes enquadradas nas regras de monitoramento com o intuito de minimizar riscos operacionais, legais e de imagem das empresas do Grupo Highpar.
 - vii. Instituir processos e procedimentos para identificação, monitoramento e análise de atividades e/ou operações suspeitas de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, subsidiando o Comitê de PLD/FT com as informações necessárias para a tomada de decisão;
 - viii. Assegurar que após a devida deliberação da Comissão de PLD/FT, os clientes, fornecedores ou parceiros comerciais que apresentem suspeitas de movimentações ilícitas sejam devidamente comunicados ao COAF, dentro do prazo regulatório;
 - ix. Manter as informações da instituição atualizadas junto ao COAF, prestando esclarecimentos quando necessário;
 - x. Implementar procedimentos para identificação, monitoramento e comunicação ao COAF das operações de seguro e previdência enquadradas nos critérios de comunicação estabelecidos nas regulamentações aplicáveis;
 - xi. Monitorar periodicamente as notícias divulgadas na mídia relacionadas a Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e verificar os impactos na lista de clientes ativos
 - xii. Analisar previamente os projetos de desenvolvimento de novos produtos e serviços, com objetivo de mitigar os riscos de tais produtos envolverem e/ou serem utilizados para prática de crimes de Lavagem de Dinheiro ou Financiamento do Terrorismo;
 - xiii. Avaliar os Riscos de PLD/FT nos clientes (PF, PJ, Institucional, Trust e demais tipificações), Produtos e Serviços, Canais de Distribuição e Ambientes de Negociação;
 - xiv. Elaborar e manter à disposição da alta administração, auditorias e reguladores, os relatórios e o registro das obrigações regulatórias referentes à PLD/FT.
- e) Colaboradores:
- i. Comunicar imediatamente a seus superiores e à Área de Compliance qualquer proposta, operação ou situação suspeita relacionada à LD/FTP;
 - ii. Cumprir as leis, regulamentações e políticas internas de PLD/FTP;
 - iii. Participar de programas de treinamento sobre o tema.

4. PRINCÍPIOS GERAIS DE BOA ATUAÇÃO E PADRÕES COMPORTAMENTAIS

Versão:

2.0

Revisado em:

Dezembro de 2023

Aprovado Por:

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

Esta Política deve ser lida à luz dos seguintes princípios de melhores práticas e a condução das atividades da High Gestão Agro ou de qualquer Colaborador deverá se pautar nos padrões comportamentais a seguir:

- a. Princípio da Boa-Fé. Norteia a adoção de comportamentos que estejam em consonância com os padrões éticos, de confiança e de lealdade.
- b. Princípio da Lealdade. Estabelece os alicerces de confiança no qual se fundamenta a relação entre os clientes e a High Gestão Agro, necessários ao desenvolvimento de suas atribuições a fim de satisfazer as expectativas almejadas, pelo emprego, no exercício de sua atividade, do cuidado e da diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses de seus clientes e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua gestão.
- c. Princípio da Transparência. Garante o acesso às informações e permite a ciência e fiscalização do serviço prestado pela High Gestão Agro.
- d. Princípio da Eficiência. Busca o emprego dos melhores esforços no alcance dos objetivos previamente estabelecidos.
- e. Princípio da Legalidade. Garante que a High Gestão Agro sempre atuará nos termos e limites estabelecidos pela legislação aplicável em vigor.

A High Gestão Agro definiu seu compromisso no sentido de estabelecer as diretrizes para o contínuo aprimoramento das práticas de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo a serem aplicadas pelos Colaboradores.

- a. Proteção à reputação e à imagem da High Gestão Agro.
- b. Proposição de ações para a constante disseminação da cultura de prevenção em todos os níveis, inclusive terceiros quando aplicável.
- c. Identificação e designação das responsabilidades e atribuições em todos os níveis hierárquicos e operacionais.
- d. Treinamento adequado aos colaboradores, contemplando ações de conscientização.

- e. Disseminação de princípios éticos e regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores no cumprimento das regras relacionadas à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo.
- f. Análise prévia de novas tecnologias, serviços e produtos, visando à prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento do terrorismo.
- g. A seleção e o monitoramento de administradores, empregados, colaboradores e prepostos, com o objetivo de garantir padrões elevados de seus quadros.
- h. Manutenção de instrumentos adequados de monitoramento de operações suspeitas, procedimentos e controles internos e avaliação periódica de seu adequado funcionamento.

Este conjunto de medidas representa os cuidados necessários a serem dispensados pela High Gestão Agro, visando mitigar riscos de danos à imagem e reputação a que está sujeito. Dentre os aspectos organizacionais e de segregação de funções fundamentais para o cumprimento desta Política destacamos:

- a) Total independência do Departamento de Compliance em relação às áreas de negócios.
- b) Autonomia do Departamento de Compliance para conduzir os procedimentos necessários à manutenção das exigências regulatórias.
- c) Adoção de controles internos definindo as exigências, atribuições e responsabilidades das áreas envolvidas.

5. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E COMBATE AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E AO FINANCIAMENTO DA PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

O termo “Lavagem de Dinheiro” abrange diversas atividades e processos com o propósito de ocultar o proprietário e a origem precedente de atividade ilegal, para simular uma origem legítima. A High Gestão Agro e seus Colaboradores devem obedecer a todas as regras que buscam evitar e prevenir a Lavagem de dinheiro e combater o Financiamento do Terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa nas relações da empresa com seus clientes, em especial a Resolução CVM N° 50, refletida na presente Política.

Até onde for do seu conhecimento, a High Gestão Agro não estabelecerá ou manterá relacionamento com pessoas ou entidades envolvidas ou ligadas às seguintes atividades:

Versão:

Revisado em:

Aprovado Por:

2.0

Dezembro de 2023

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

- a) shell banks (instituição financeira sem presença física em uma jurisdição);
- b) participação em grupo de crime organizado e extorsão;
- c) terrorismo, incluindo financiamento do terrorismo;
- d) tráfico de seres humanos e tráfico de imigrantes;
- e) trabalho infantil e escravidão;
- f) exploração sexual, incluindo exploração sexual de crianças;
- g) tráfico de drogas e substâncias psicotrópicas;
- h) tráfico de armas;
- i) tráfico de bens roubados e outros;
- j) falsificação de moeda;
- k) pirataria; e
- l) contrabando;

Até onde for de seu conhecimento, a High Gestão Agro também não estabelecerá ou manterá relacionamento com pessoa ou entidade cujo nome esteja apontado em listas consolidadas da OFAC, ONU, União Europeia e de Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Departamento de Compliance irá treinar, no mínimo anualmente, os Colaboradores, a fim de capacitá-los quanto ao reconhecimento e ao combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo na prestação dos serviços da High Gestão Agro aos seus clientes, bem como providenciarão novos treinamentos, se necessário, no caso de mudanças na legislação aplicável.

Se após o treinamento ainda persistirem dúvidas, o Colaborador deverá entrar em contato com o Departamento de Compliance que poderá esclarecê-las, indicando o modo de agir em cada situação.

O Departamento de Compliance será responsável perante a CVM pelo cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares relacionados ao sistema de prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, dentre outros deveres e obrigações. O Departamento de Compliance deve estabelecer mecanismos de controle interno de combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e conduzir os reportes aplicáveis ao COAF.

6. PROCEDIMENTOS PARA COMPLETA IDENTIFICAÇÃO, CONHEÇA SEU CLIENTE E CADASTRO

O desenvolvimento do relacionamento com um potencial Emissor ou Contraparte, quando aplicável, devem ser guiados pela perspectiva ética e de transparência sob a ótica do conceito “Conheça seu Parceiro, Cliente ou Colaborador” (KYP, KYC e KYE, respectivamente) e não isoladamente pelo

Versão:

Revisado em:

Aprovado Por:

2.0

Dezembro de 2023

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

interesse pessoal, comercial, ou de resultado financeiro que esse cliente possa proporcionar à High Gestão Agro ou colaborador interessado no relacionamento.

As empresas Corretoras e Distribuidoras contratadas pela High Gestão Agro, devem tomar todas as medidas necessárias, segundo as leis aplicáveis e as regras de cadastros de clientes, bem como “conhecer seu cliente” presentes nesta Política, para estabelecer e documentar a verdadeira e completa identidade, situação financeira e histórico de investimentos de cada cliente, como também aprender os detalhes de qualquer pessoa que forneça por escrito ou que dê instruções em conjunto com fundos transferidos direta ou indiretamente.

As empresas Corretoras e Distribuidoras contratadas pela High Gestão Agro, envidarão todos os esforços na avaliação, com maior precisão possível, de seus clientes e potenciais clientes, identificando aqueles que apresentem maior grau de sensibilidade, principalmente aqueles considerados mais suscetíveis a possível envolvimento com atividades ilícitas, tendo como base as informações obtidas nos procedimentos de conheça seu cliente, de pesquisa de reputação e de cadastro.

Considerando os riscos envolvidos, o Departamento de Compliance definirá, em comitê de Compliance e PLD/FTP, se deve ser realizada a recusa de determinado cliente ou o término do relacionamento com ele mantido.

Nas demais hipóteses, as empresas Corretoras e Distribuidoras contratadas pela High Gestão Agro, devem obter a identificação completa dos clientes, beneficiários finais e de seus representantes e/ou administradores para o completo registro de cadastro e conheça seu cliente, bem como informações acerca da situação patrimonial e financeira destes, seu perfil de risco e conhecimento financeiro, se opera por conta de terceiros, assinatura do cliente, além de manter controle das datas de atualizações de cadastro.

7. DETECTANDO E REPORTANDO ATIVIDADES SUSPEITAS

Nota-se que a condução contínua das diligências é uma atividade que conecta o início de relacionamento do cliente com a instituição, ocasião em que é efetuado o cadastro e identificado o seu respectivo beneficiário final, a partir dos procedimentos de pesquisa de reputação, conheça seu cliente e cadastro, com o monitoramento das suas transações.

Se algum Colaborador detectar em processos internos de “Conheça seu Cliente” relacionado a Emissores e/ou Contrapartes, quando aplicável, bem como receber das empresas Corretoras e Distribuidoras

Versão:

Revisado em:

Aprovado Por:

2.0

Dezembro de 2023

Comitê de Compliance e
PLD/FTP

contratadas pela High Gestão Agro suspeitas de medidas com o suposto objetivo de Lavagem de Dinheiro ou outras atividades ilegais de qualquer cliente, este deverá imediatamente reportar suas suspeitas ao Departamento de Compliance pelo e-mail: compliance@highpar.com.br, comunicando todos os detalhes possíveis.

São exemplos de situações ou atividades consideradas suspeitas, as quais devem ser monitoradas continuamente pelas empresas Distribuidoras contratadas e pela High Gestão Agro:

I. situações derivadas do processo de identificação do cliente, tais como aquelas em que:

- a. não seja possível manter atualizadas as informações cadastrais de clientes;
- b. não seja possível identificar o beneficiário final;
- c. as diligências de identificação não possam ser concluídas;
- d. resistência ao fornecimento de informações necessárias para o início de relacionamento ou para a atualização cadastral, oferecimento de informação falsa ou prestação de informação de difícil ou onerosa verificação;
- e. realização de aplicações e/ou resgates por detentor de procuração (em especial no caso de pessoas físicas) ou de qualquer outro tipo de mandato; (vi) informação de mesmo endereço comercial por diferentes pessoas jurídicas ou organizações, sem justificativa razoável para tal ocorrência;
- f. representação de diferentes pessoas jurídicas ou organizações pelos mesmos procuradores ou representantes legais, sem justificativa razoável para tal ocorrência;
- g. informação de mesmo endereço residencial ou comercial por pessoas naturais, sem demonstração da existência de relação familiar ou comercial;
- h. solicitação de não observância ou atuação no sentido de induzir funcionários da instituição a não seguirem os procedimentos regulamentares ou formais para a realização de uma aplicação ou resgate;
- i. operações cujos valores se afigurem incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira de qualquer das partes envolvidas, tomando-se por base as informações cadastrais respectivas; e
- j. incompatibilidade da atividade econômica, do objeto social ou do faturamento informados com o padrão operacional apresentado por clientes com o mesmo perfil.

II. Situações relacionadas com operações cursadas no mercado de valores mobiliários, tais como:

- a. operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos envolvidos, considerando, inclusive e se for o caso, a perspectiva do eventual cotista exclusivo beneficiário da operação;
- b. operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer das partes envolvidas;
- c. operações cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos envolvidos e beneficiários respectivos;
- d. operações cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;
- e. operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos envolvidos;
- f. operações cujo grau de complexidade e risco se afigurem incompatíveis com o perfil do cliente; e com o porte e o objeto social do cliente;
- g. operações realizadas com finalidade de gerar perda ou ganho para as quais falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal;
- h. transferências privadas de recursos e de valores mobiliários sem motivação aparente, tais como, em contas gráficas de intermediários; de titularidade de valores mobiliários sem movimentação financeira; e de valores mobiliários fora do ambiente de mercado organizado; e
- i. operações realizadas fora de preço de Mercado.

III. Situações relacionadas a pessoas suspeitas de envolvimento com atos terroristas, tais como:

- a. operações envolvendo pessoas relacionadas a atividades terroristas listadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- b. operações envolvendo pessoas relacionadas às demais situações previstas na Lei n.º 13.170, de 2015;

- c. realização de operações, qualquer que seja o valor, envolvendo pessoas que tenham cometido ou tentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme a Lei 13.260, de 2016;
 - d. existência de valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, por pessoas que tenham cometido ou tentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme a Lei 13.260, de 2016; e
 - e. (e) operações ou movimentações com indícios de financiamento do terrorismo, conforme a Lei 13.260, de 2016.
- IV. Operações com a participação de pessoas naturais ou entidades que residam ou sejam constituídas em países, jurisdições, dependências ou locais:
- a. que não aplicam ou aplicam insuficientemente as recomendações do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo – GAFI;
 - b. onde seja observada a prática contumaz dos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; e
 - c. com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil.

As empresas Corretoras e Distribuidoras contratadas pela High Gestão Agro deverão dispensar especial atenção às operações em que participem as seguintes categorias de clientes:

- a. clientes não-residentes, especialmente quando constituídos sob a forma de trusts e sociedades com títulos ao portador;
- b. clientes com grandes fortunas; e
- c. pessoas politicamente expostas.

Os Colaboradores somente devem comunicar suas suspeitas ou descobertas em relação a qualquer atividade ao Departamento de Compliance. Qualquer contato entre a High Gestão Agro e a autoridade relevante sobre atividades suspeitas deve ser feita somente por intermédio do Departamento de

Compliance. Os Colaboradores devem cooperar com o Departamento de Compliance durante a diligência de atividades suspeitas.

Uma vez detectado algum evento suspeito quando do monitoramento anteriormente mencionado, cabe ao Departamento de Compliance, conforme o caso, realizar apurações adicionais e uma análise individualizada acerca da pertinência da comunicação do fato ao COAF, verificando, inclusive, se o total de informações disponíveis é consistente e suficiente para embasar o referido reporte, através da elaboração de um dossiê interno. É seu dever, ainda, manter registro individualizado da análise, com todas as informações disponíveis que foram utilizadas para fundamentar a decisão de realizar ou não a comunicação. Importante destacar que, mesmo que a análise conclua pela não comunicação ao COAF, a mesma deverá ficar à disposição da CVM pelo prazo de 5 (cinco) anos. Caso as informações analisadas fundamentem o reporte ao COAF, o Departamento de Compliance deve escalar internamente o caso para a administração da High Gestão Agro e em seguida conduzir a comunicação da atividade suspeita.

Caso identificada a existência de pessoas e ativos sujeitos às sanções previstas na Lei nº 13.810/2019, a Instituição deverá proceder ao imediato bloqueio dos ativos sem aviso prévio ao sancionado. Se, por algum motivo eventual, a Instituição tenha deixado de dar o imediato cumprimento ao bloqueio, esta deverá realizar a comunicação, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à CVM, justificando as razões para tanto.

8. NECESSIDADE ESPECÍFICA PARA OS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELOS FUNDOS DE INVESTIMENTO (ATIVOS)

A negociação de ativos e valores mobiliários financeiros nos Fundos de Investimento também deve ser analisada e monitorada para fins de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

É necessária a análise, quando da aquisição de ativos para fins de prevenção à lavagem de dinheiro, de Emissores e das Contrapartes, quando aplicável, através da realização de pesquisa de KYC (Know your customer) e aprovação no comitê de investimento.

Deve ser dispensada especial atenção para títulos e valores mobiliários objeto de distribuição privada (renda fixa ou ações), direitos creditórios e empreendimentos imobiliários.

E levando-se em conta a razoabilidade e proporcionalidade dos controles internos, qualquer atuação suspeita em relação à contraparte deve ser comunicada ao COAF, mesmo que já tenha passado pelo processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

9. RETENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ARQUIVOS

Todas as informações relacionadas à documentação de cadastro de clientes devem ser mantidas e conservadas pelas empresas Corretoras e Distribuidoras contratadas pela High Gestão Agro, incluindo registros de conheça seu cliente, pesquisa de reputação, e documentos relacionados a todas transações ocorridas por no mínimo 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia útil do encerramento do relacionamento com o cliente ou da conclusão das transações, podendo este prazo ser estendido indefinidamente na hipótese de existência de investigação comunicada formalmente pela CVM.

O Departamento de Compliance deve assegurar, por meio de métodos necessários e prudentes, que a High Gestão Agro previna danificação, falsificação, destruição ou alteração indevida em registros, devendo os Colaboradores cooperar, dentro de suas respectivas funções, para o seu cumprimento.

10. SANÇÕES

Os Colaboradores devem seguir estritamente as regras desta Política. Qualquer infração destas regras poderá resultar em penas de advertência, suspensão, ação disciplinar, desligamento e/ou demissão por justa causa, conforme a relação contratual da High Gestão Agro com o Colaborador em questão, sem prejuízo de consequências criminais e civis nos termos da legislação e da regulamentação em vigor.

Os Colaboradores devem reportar prontamente ao Departamento de Compliance qualquer descumprimento das regras desta Política, das leis e dos regulamentos aplicáveis, sob pena de cometimento de falta grave, a qual poderá ensejar seu desligamento e/ou demissão da High Gestão Agro.

Os Colaboradores não receberão ação disciplinar em face de esforços razoáveis e adequados em reportar comportamentos impróprios. Entretanto, o Colaborador que relatar comportamentos inadequados não será eximido de responsabilidades pelos próprios comportamentos indevidos.

11. ATUALIZAÇÕES

A presente Política será revisada no mínimo anualmente ou sempre que se fizer necessário considerando os princípios e diretrizes aqui previstos, bem como a legislação aplicável.

ANEXO I

Através deste instrumento eu,, inscrito

no CPF sob o nº, declaro para os devidos fins que:

1. Recebi por meio eletrônico uma versão atualizada da Política de Práticas de Conheça seu Cliente, Cadastro e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Financiamento a Proliferação de Armas de Destruição em Massa (“Política”) da High Gestão Agro, datada de xx de xxx de 202x, cujas regras e políticas me foram previamente explicadas e em relação às quais tive oportunidade de esclarecer minhas dúvidas. Li e compreendi as regras estabelecidas na Política e comprometo-me a observá-las no desempenho de minhas funções.
2. Comprometo-me, ainda, a informar imediatamente ao Departamento de Compliance, conforme procedimentos descritos na Política, qualquer fato de que venha a ter conhecimento que possa gerar algum risco para a High Gestão Agro, ou cuja comunicação seja determinada pela Política.
3. Estou ciente de que a não observância da Política poderá caracterizar falta grave, passível de punição com as penalidades cabíveis, inclusive desligamento ou demissão por justa causa.

Goiânia, de de 20.....

Colaborador

Versão:

2.0

Revisado em:

Dezembro de 2023

Aprovado Por:

Comitê de Compliance e
PLD/FTP